

## O EFEITO INFLACIONÁRIO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: ESTUDO DE CASO NA EMPRESA VULCABRAS/AZALEIA – 2007 A 2013

Carla Tiane Gelinger<sup>1</sup>  
Ailson José Vier<sup>2</sup>

### RESUMO

Nas décadas de 80 e 90, o Brasil passou por índices elevados de inflação. Planos e alteração de moedas lançadas pelo governo, com o intuito de combater e controlar o alto índice inflacionário, simplesmente fracassavam. Devido às elevadas taxas inflacionárias, a Lei nº 6.404/76 passou a exigir a correção monetária nas demonstrações contábeis das sociedades por ações, a fim de demonstrar o real valor do patrimônio das empresas. No entanto, em 1994, foi implantado o Plano Real, um plano do governo federal com o objetivo de estabilizar a economia. A medida funcionou, a inflação se estabilizou, e, em 1996, ficou vedada a utilização de qualquer sistema de correção monetária de demonstrações contábeis, inclusive para fins societários, conforme parágrafo único da Lei nº 9.249/95. Mediante a determinação da legislação de que não seria necessário atualizar as demonstrações, devido à estabilização da moeda, buscou-se analisar o impacto do efeito inflacionário no patrimônio da Indústria Calçadista Vulcabras/Azaleia, localizada na cidade de Parobé/RS, através de pesquisa bibliográfica e estudo de caso, de método dedutivo, quali-quantitativo e comparativo, tendo como universo da pesquisa o balanço patrimonial divulgado pela entidade, compreendidos entre o período de 2007 a 2013, aplicando a correção monetária através do IGP-M. Após essa aplicação, é possível observar que houve uma variação significativa nos valores do Ativo Não Circulante e do Patrimônio Líquido. Conclui-se necessário que seja efetuada a correção monetária sempre que houver índice de inflação ou deflação, para que as demonstrações sejam precisas e confiáveis, mostrando o real lucro da empresa.

**Palavras-Chave:** Inflação. Correção monetária. Efeitos inflacionários.

### ABSTRACT

*Between 80's and 90's, Brazil had experienced high levels of inflation. During that period, the efforts of the government such as changing the currency and applying new economical plans did not succeed. However, in 1994, was implanted the "Plano Real" that objective of federal government was stabilize the economy. The process worked, inflation has stabilized, in 1996, was sealed to use any kind of adjustment monetary procedure to accounting demonstrations, including for corporate purposes in according to paragraph Law nº 9.249/95. Because of high inflationary taxes, Law nº 6.404/76 passed to require monetary adjustment on corporation accounting demonstrations actions to demonstrate the real amount of the company patrimony. As a result of the new law, companies were not required to present their balance sheets and financial statements. In addition, they were trying to analyze the inflation effect on the footwear industry Vulcabras/Azaleia located in the city of Parobé/RS,*

<sup>1</sup> Acadêmica do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat. e-mail: carlagelinger@gmail.com

<sup>2</sup> Professor do curso de Ciências Contábeis das Faculdades Integradas de Taquara – Faccat. Especialista em Controladoria pela UNISINOS, em Auditoria Integral pela UFRGS e Mestrando em Contabilidade pela UNISINOS. e-mail: ailsonjvier@gmail.com

*using a bibliographical research and a case study of the deductive method as well as the qual-quantitative and comparative methods. In order to perform this research, the company's balance sheets between the years of 2007 to 2013 were reviewed. During this review, there was a monetary correction applied through the tax IGP-M. After this application, it's possible analyze there was a significant fluctuation on the Noncurrent Assets and Liquid Patrimony. To conclude, it is always necessary to apply the monetary correction when there is high inflation and deflation and in order to have a precise and truthful balance that can present the real profit of the company.*

**Keywords:** *Inflation. Monetary correction. Inflation effect.*

## **1 INTRODUÇÃO**

O presente trabalho fala sobre os impactos que a inflação causa nas empresas brasileiras, devido à suspensão da correção monetária, em 1996, promulgada através da Lei nº 9.249/95, após a inflação ser considerada estável pelo governo, tendo em vista a estabilização econômica trazida pelo Plano Real em 1994. Como setor responsável pelas informações econômicas e financeiras das instituições, a contabilidade precisa demonstrar essas informações de forma precisa e fidedigna, para que os gestores possam ter um instrumento confiável para a tomada de decisões. Para Martins, Dantas e Vasconcelos (2010), a evolução do patrimônio e dos resultados de uma entidade, além de sua transparência através das demonstrações contábeis, é de interesse dos sócios e acionistas, e de entidades públicas ou privadas que tenham qualquer interesse ou vínculo jurídico com esta entidade.

Corroborando, Santos e Vargas (2007) afirmam que a falta de transparência e confiabilidade nas demonstrações contábeis, causadas pelo não reconhecimento da inflação, é prejudicial para o usuário, pois esse valor serve como base para muitos outros fatores e análises, como a tributação e a distribuição de lucros.

Nesse sentido, são objetivos deste trabalho identificar e analisar quais os impactos que a inflação traz para as empresas brasileiras sem a aplicação da atualização monetária nas contas do Imobilizado e Patrimônio Líquido através do balanço patrimonial da empresa Vulcabras/Azaleia.

A metodologia utilizada na pesquisa foi um estudo de caso. No universo da análise, usaram-se as demonstrações contábeis do período de 2007 a 2013 da empresa Vulcabras/Azaleia, uma indústria calçadista localizada em Parobé/RS, no Vale do Paranhana, tributada pelo Lucro Real.

O trabalho está estruturado em subseções, iniciando com a introdução. Em seguida, apresenta-se a fundamentação teórica, em forma de subcapítulos, com conceitos e tipos de

inflação, bem como a importância da correção monetária em balanços a fim de reconhecer a variação geral nos níveis de preços. Em seguida, apresentam-se os principais índices inflacionários utilizados no Brasil e o estudo de caso, com as Demonstrações Contábeis de 2007 a 2013 da empresa Vulcabras/Azaleia, pelo valor histórico e pelo valor corrigido, através da análise dos dados. Por fim, apresentam-se as considerações finais do artigo.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 Inflação**

A palavra Inflação apresenta diversos conceitos. Em dicionários, é definida como desequilíbrio econômico caracterizado pelo crescimento anormal dos meios de pagamento em relação às necessidades de consumo, com a consequente redução do poder aquisitivo da moeda e alta geral dos preços: inflação galopante.

Vasconcelos e Garcia (2008) asseguram que a inflação é definida como um aumento persistente e generalizado no índice de preços, ou seja, os movimentos inflacionários são aumentos contínuos de preços, e não podem ser confundidos com altas esporádicas de preços.

Para Kandir (1989), a inflação consiste em um problema macroeconômico, ocorrendo um crescimento sustentado do nível geral de preços. Para corroborar com esses conceitos, Wessels (2003) afirma que a inflação é o aumento generalizado e contínuo do nível geral de preços dos bens e serviços. Enquanto que Assaf Neto (2009) descreve o processo inflacionário como a elevação generalizada dos preços dos vários bens e serviços.

Quando acontece uma baixa significativa de preços de bens e serviços, isso é denominado deflação. Mesmo que as taxas de inflação sejam baixas atualmente, as pequenas oscilações nos índices de preços refletem um impacto significativo sobre as taxas de juros, modificando a competitividade dos ativos negociados no mercado.

Por isso, a inflação está diretamente ligada à valorização ou desvalorização da moeda. Quanto maior a taxa inflacionária, maior a desvalorização da moeda, e, conseqüentemente, menor a capacidade de compra.

Ainda, de acordo com Assaf Neto (2009), a formação da taxa de inflação é semelhante ao cálculo dos juros compostos, realizada através de progressão geométrica, ocorrendo aumento de preço sobre um valor que já incorpora acréscimos apurados em períodos anteriores.

Para Vasconcellos e Garcia (2008), as altas taxas de inflação, em nível superior ao aumento de preços internacionais, equiparam significativamente o produto nacional ao produto produzido fora do país, e, assim, podem provocar estímulo à importação e desestímulo às exportações.

Nesse sentido, Iudícibus *et al.*, (2010) coloca que o reconhecimento dos efeitos inflacionários mostra-se útil para manter a comparabilidade das demonstrações contábeis, ao longo do tempo, e para registrar um fato econômico real, que visa preservar a essência econômica do capital investido.

Para concluir, Viceconti e Neves (1996) afirmam que as distorções provocadas pela inflação geram uma série de efeitos, como perda do poder aquisitivo, desorganização do mercado de capitais, aumento de déficits no balanço, dificuldades de financiamentos e indexação<sup>3</sup>.

### 2.1.1 Inflação no Brasil

Segundo o Portal do Brasil (2012), entre as décadas de 1960 e 1970, iniciou-se o desequilíbrio econômico no país. Na década de 1980, a forte retração na taxa de expansão econômica e um significativo aumento da inflação, que já era alta, pioraram ainda mais a situação econômica do país, estendendo-se até a metade dos anos de 1990, obrigando os governos desses períodos a adotarem sete planos de estabilização em apenas 10 anos.

De acordo com Lacerda *et al.* (2006), nos anos 80, período também caracterizado como “a década perdida”, a economia brasileira enfrentou grandes desequilíbrios internos e externos, que foram causados por fatores como a alta dívida externa, o declínio do PIB (Produto Interno Bruto) e os altos voos que a inflação vinha tomando, o que resultou, no final de 1989, numa hiperinflação.

Para Baer (2002), o poder do monopólio de empresas, sindicatos e do Estado é visto como originário da inflação no Brasil, pois grandes empresas públicas e privadas tentavam tomar o lugar do mercado. Causas externas também contribuíram para afetar a economia, como o aumento do preço do petróleo, o aumento das taxas de juros e fenômenos naturais, como secas e enchentes.

---

<sup>3</sup> Indexação: Consiste em se corrigir as rendas recebidas pelos agentes econômicos e o valor dos ativos de sua propriedade com base na variação de um índice de preços que reflita a taxa de inflação no período de tempo entre os reajustes (VICECONTI; NEVES, 1996, p. 434).

Ainda, de acordo com Baer (2002), a inflação se propagou devido a dois tipos de mecanismos: a) O primeiro incidia na capacidade dos setores em repassar o aumento dos custos, que subiam rapidamente, ao preço final de seu produto; b) O segundo consistia em garantias que o governo oferecia para perdas geradas pela inflação, como a indexação de instrumentos financeiros, crédito subsidiado para a agricultura, entre outros.

Porém, em 1994, o Brasil começou a conhecer a estabilidade financeira e econômica, com a criação do Plano Real, que vigora até hoje, com mais de 20 anos. Para o Portal do Brasil (2012), o Plano Real foi “o fim da correção monetária, do congelamento de preços e da inflação acima de dois dígitos”. Em 1999, foram adotadas metas de inflação, e até hoje essas metas existem e são controladas pelo Banco Central do Brasil (BCB) através da taxa Selic, taxa básica de juros da economia.

### 2.1.2 Tipos de inflação

De acordo com Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2006), existem dois tipos básicos de inflação: inflação de demanda e inflação de custos.

a) Inflação de demanda ocorre quando o aumento da demanda não acompanha a oferta, ou seja, a quantidade disponível de produção não consegue contemplar o excesso de demanda.

Para Viceconti e Neves (1996), a inflação de demanda eleva-se em função dos aumentos de investimentos e dos gastos do governo, aumento de exportações e da oferta da moeda, redução de tributos e recaída das importações.

b) Inflação de custos é provocada pela diminuição da oferta. Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2006) definem esse tipo de inflação como o aumento de custos das empresas repassados para preços.

Para corroborar, Viceconti e Neves (1996) asseguram que a diminuição da oferta é causada pelo aumento de diversos fatores, como salários, matérias-primas, insumos, elevação de taxas, entre outros.

As consequências trazidas por esses tipos de inflação, para Gremaud, Vasconcellos e Toneto Junior (2006) são as distorções na alocação de recursos, falta de incentivos para investir, devido à insegurança, e aumento de custos causados pelas transações de oferta e demanda.

Existe também a inflação inercial<sup>4</sup>, que resulta da indexação da economia, o seu grande vilão. Seu principal defeito é a perpetuação da taxa de inflação a níveis elevados (VICECONTI; NEVES, 1996).

## 2.2 Plano Real

Conforme a Revista *Veja* (setembro/2008), a Unidade Real de Valor (URV), instituída pela Medida Provisória nº 482, de 28 de abril de 1994, foi o primeiro passo do que logo se transformaria no Plano Real. A Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994, Art. 1º, tornou exclusiva a utilização da URV como padrão de valor monetário, e, em 29 de junho de 1995, a Lei nº 9.069, Art. 1º, promulgou o Real como unidade do Sistema Monetário Nacional.

O Plano Real, que atingiu seu objetivo de estabilizar a economia, foi um marco para o controle da inflação no país. De acordo com a Secretaria de Estado de Comunicação do Governo-SECOM (2002), depois dos diversos planos sem sucesso, como o Plano Cruzado, de 1986; Plano Bresser, de 1987; Plano Verão, de 1989; Plano Collor I, de 1990, e o Plano Collor II, de 1991, o Plano Real manteve os índices da inflação em níveis de países desenvolvidos, trazendo estabilidade econômica. Atualmente, o Plano já tem mais de 20 anos e ainda vigora no Brasil, sendo considerado o mais bem-sucedido plano para controlar a inflação.

## 2.3 Correção monetária

Em um período inflacionário, itens de natureza monetária, como o disponível, realizável e exigível são, na maioria das vezes, demonstrados na moeda com o atual poder de aquisição. Porém itens não monetários, como o imobilizado, os estoques e o capital integralizado, podem estar demonstrados por valor formado em diversos exercícios, por moedas com vários níveis de poder de aquisição (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Como a inflação faz com que esses itens percam valor (ou ganhem, quando ocorre deflação), é preciso considerá-la, para sabermos, em determinado período, os valores fidedignos das demonstrações contábeis. Para isso, faz-se a correção monetária.

---

<sup>4</sup>Inflação inercial: De acordo com o artigo “Inflação inercial como um processo de longa memória: análise a partir de um modelo Arfima-Figarch” (Figueiredo e Marques, 2009) é a resistência que os preços de uma economia oferecem às políticas de estabilização que atacam as causas primárias da inflação.

Santos e Vargas (2007) apontam que a contabilidade, como fonte de informações econômico-financeiras, tende a expressar monetariamente as ocorrências no patrimônio das empresas. O registro das transações, quando apresentado pelo valor histórico, perde sua representatividade quando a moeda sofre alterações em seu poder aquisitivo.

Iudícibus e Marion (2001) afirmam que correção monetária é o processo através do qual valores históricos são atualizados em históricos-corrigidos, tornando as demonstrações em moeda corrente, em certa data, conforme flutuação de preços da economia. Essa necessidade surgiu para proteger a informação contábil da desvalorização da moeda, que é a unidade de medida utilizada na Contabilidade. A correção monetária foi praticada utilizando-se de índices, como a UFIR (Unidade Fiscal de Referência), que demonstrava a variação da inflação, ajustando a riqueza das empresas a valores presentes (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Neste sentido, Ambrozini, Bonacim e Assaf Neto (2008) afirmam que a Lei nº 3.470/58 foi a primeira a dispor sobre a correção monetária das demonstrações e que, mesmo não tendo caráter obrigatório, essa legislação atribuía regras, como o índice que deveria ser utilizado (que não poderia ser superior ao índice oficial) e as contas a serem corrigidas, que eram somente as do ativo imobilizado. Antes de 1958, a correção era permitida em casos excepcionais, tendo uma metodologia parecida com a reavaliação de ativos.

### 2.3.1 A obrigatoriedade da correção

A obrigatoriedade da correção monetária para empresas de capital aberto foi implantada pela Lei nº 6.404/76, Art. 185, e dizia para “considerar as modificações no poder de compra da moeda nacional sobre o valor do patrimônio e dos resultados do exercício”.

O Parecer de Orientação nº 2 da CVM (Comissão de Valores Mobiliários), p. 1, ítem 4, orienta que:

[...] a inflação, como elemento redutor do poder aquisitivo da moeda nacional, se faz refletir na contabilidade da empresa por intermédio da correção monetária do ativo permanente (incluídos aí não apenas o subgrupo do imobilizado, como antes, mas também os investimentos e o ativo diferido), a que se irá contrapor a correção monetária do patrimônio líquido, no qual se situa o capital social, cuja atualização monetária, em especial, será mantida como reserva de capital enquanto não for capitalizada.

Para Martins (1993), a correção monetária era importante para ajustar o lucro, regular uma tributação mais justa e auxiliar análises globais.

### 2.3.2 A extinção da correção

Com a implantação do Plano Real, em 1994, a moeda nacional passou a apresentar estabilidade, e os índices de inflação passaram a ser baixos, fazendo com que o governo julgasse desnecessária a atualização das demonstrações contábeis, extinguindo-a através da Lei nº 9.249/95. Todavia, de acordo com Takamatsu e Lamounier (2006), essa decisão foi muito criticada, pois a correção melhorava a qualidade das informações geradas pela contabilidade.

Conforme Lopes (2002, *apud* Takamatsu; Lamounier, 2006, p. 83):

[...] a própria revogação da correção monetária no Brasil (Nº 9.249/95) mostra a ingerência do governo, nesse caso federal, nos assuntos contábeis, sem que haja uma justificativa técnica. Aparentemente, esse aspecto contribuiu para a baixa qualidade das normas contábeis no Brasil, do ponto de vista dos investidores em mercados de capitais.

O Conselho Federal de Contabilidade, considerando o Princípio da Atualização Monetária, através do Art. 1º da resolução nº 900/2001, permitiu a correção, quando a inflação acumular 100% nos últimos três anos, considerando os padrões internacionais de contabilidade, baseando-se no IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), com o objetivo de que “permaneçam corretos os valores dos componentes patrimoniais e, por consequência, do patrimônio líquido”.

Em 1996, a CVM pronunciou-se a respeito da extinção da correção monetária, através da Instrução CVM nº 248, facultando às companhias de capital aberto a elaboração e divulgação, em notas explicativas, de demonstrações contábeis com a metodologia da correção integral (IUDÍCIBUS *et al.*, 2010).

Para Iudícibus *et al.* (2010, p. 11):

O pressuposto de que a partir de 1996 os efeitos da inflação não seriam de relevância, todavia, não é verdadeiro, pois mesmo com uma inflação bem mais baixa, seus efeitos acumulados tendem a ser relevantes para muitas empresas, como é comprovado não só em inúmeros estudos profissionais e acadêmicos, como também em casos reais de empresas que continuaram divulgando demonstrações contábeis com correção integral, onde tais efeitos ficavam evidentes.

Rees (1995) afirma que a informação contábil é uma das fontes mais significativas para o processo de avaliação das empresas e de seus títulos, e, com a falta da correção, essas informações ficam comprometidas.



### 2.3.3. A importância da correção monetária nas demonstrações contábeis

A promulgação da Lei nº 9.249/95, que extinguiu a correção monetária, causou muita discussão entre estudiosos e pesquisadores, os quais, de acordo com Martins, Dantas e Vasconcelos (2010), debatiam sobre os prejuízos que a nova lei traria à qualidade da informação contábil.

Assaf Neto (2007, *apud* Martins, Dantas e Vasconcelos, 2010) assevera que, para conseguir efetivamente conclusões confiáveis em nosso ambiente econômico, é importante que sejam consideradas prioritariamente as demonstrações financeiras com correção integral e a valor presente.

Para Takamatsu e Lamounier (2006), interpretar as demonstrações contábeis, sem considerar os efeitos inflacionários, pode ocasionar problemas de comunicação e provocar um enfraquecimento na utilidade das demonstrações, por não apresentar o valor real. As demonstrações contábeis buscam evidenciar as movimentações e o patrimônio da empresa. Informam aos mais diversos *stakeholders*<sup>5</sup>, dentre eles bancos, investidores, acionistas, governo, os próprios diretores, executivos, administradores de empresa e a sociedade em geral, auxiliando-os em suas tomadas de decisões.

Como fonte básica da situação real das empresas, um balanço patrimonial corrigido por índices inflacionários se torna fundamental para estes profissionais terem, em suas mãos, a verdadeira situação das empresas. Portanto, conforme citam Martins, Dantas e Vasconcelos (2010), julga-se imprescindível reconhecer os custos inflacionários, tornando as demonstrações contábeis das empresas mais confiáveis e relevantes para a tomada de decisão.

Feitosa (2002) assegura que empresas que não divulgam o efeito inflacionário em seus demonstrativos contábeis acabam apresentando distorções nos valores apresentados, não demonstrando, assim, a real situação da empresa, deixando a informação contábil imprecisa.

Por fim, Takamatsu e Lamounier (2006) proferem que, enquanto as empresas mantiverem o ativo exposto à inflação, sem protegê-lo com qualquer tipo de remuneração nominal, apresentarão prejuízo, e o mesmo não será refletido em seu resultado.

---

<sup>5</sup>Stakeholders: são todos os grupos ou indivíduos que podem afetar ou ser afetados pela empresa, ao realizar os seus objetivos: acionistas e investidores, funcionários, clientes, fornecedores, comunidade, governo e sociedade em geral (FREEMAN, 1984).

## 2.4 Índices inflacionários

De acordo com a série “Perguntas Mais Frequentes” (PMF), editada pelo Departamento de Relacionamento com Investidores e Estudos Especiais (Gerin) do Banco Central do Brasil (2013), existem diversos índices de preços no Brasil. Dentre os principais, podemos citar o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor), ambos atualizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Atualizados pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), há o IGP-M (Índice Geral de Preços de Mercado), que é composto pelo IPA (Índice de Preços ao Produtor Amplo), IPC (Índice de Preços ao Consumidor) e INCC (Índice Nacional de Custo da Construção). E atualizados pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), temos o IPC-Fipe.

### 2.4.1 Principais índices utilizados no Brasil

#### 2.4.1.1 IPCA e INPC

De acordo com o IBGE, o Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor (SNIPC) realiza a produção contínua e sistemática de índices de preços ao consumidor, coletando informações em estabelecimentos comerciais, prestadoras de serviços, concessionárias de serviços públicos e domicílios (para levantamento de aluguel e condomínio).

O IBGE afirma que o período de coleta do INPC e do IPCA estende-se do dia 1º ao dia 30 do mês de referência, e que o INPC compreende famílias com rendimentos de 1 a 5 salários mínimos mensais, enquanto que o IPCA abrange famílias com rendimentos mensais de 1 a 40 salários mínimos. Ambos os índices iniciaram em 1979 e abrangem regiões metropolitanas de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Vitória e Porto Alegre, Brasília e municípios de Goiânia e Campo Grande.

#### 2.4.1.2 IGP-M e IPC-Fipe

Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o IGP-M foi constituído no final dos anos de 1940 a fim de englobar diferentes atividades e etapas do processo produtivo.

A FGV afirma que o IGP-M é a média aritmética ajustada através de três outros índices: IPA, IPC e INCC, e que cada um compõe um peso que corresponde a parcelas da despesa interna bruta, baseadas nas Contas Nacionais.

- 60% para o IPA,
- 30% para o IPC,
- 10% para o INCC.

O IGP-M compreende todo o território brasileiro e abrange a indústria, a construção civil, a agricultura, o comércio varejista e os serviços prestados às famílias.

Já o IPC-Fipe, de acordo com a FIPE, é o mais tradicional indicador econômico e compreende somente o município de São Paulo. A Fundação serve como referência no país, tal como a tabela de valores de veículos.

#### *2.4.1.3 Taxa SELIC*

De acordo com o Banco Central do Brasil, a taxa SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - conceitua-se como a taxa média ajustada dos financiamentos diários apurados para títulos federais. “Para fins de cálculo da taxa, são considerados os financiamentos diários relativos às operações registradas e liquidadas no próprio SELIC e em sistemas operados por câmaras ou prestadores de serviços de compensação e de liquidação”<sup>6</sup>.

### **2.5 Outros métodos para atualizar as demonstrações contábeis**

A Correção Monetária de Balanço, mesmo sendo suspensa, é opcional, conforme dispõe a Resolução CFC nº 900/2001, revogada pela Resolução CFC nº 1.282/2010, Art. 7º, cujas instruções permitem a atualização dos valores originais.

Com o advento da Lei 11.638/2007, que altera critérios de avaliação de Ativo e Passivo, passou a ser necessário realizar ajustes a valor presente na escrituração contábil. O Ajuste a Valor Presente, conforme CPC<sup>7</sup> 12, é um dos métodos que o Brasil possui para corrigir os balanços a fim de se adequar às Normas Internacionais de Contabilidade.

---

<sup>6</sup> Banco Central do Brasil: Art. 1º da Circular nº 2.900, de 24 de junho de 1999, com a alteração introduzida pelo Art. 1º da Circular nº 3.119, de 18 de abril de 2002.

<sup>7</sup> Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC>.

Outro método disponível é o Teste de *Impairment* ou, Teste de Recuperabilidade de Ativos, que, de acordo com Pereira e Pereira (2011), foi introduzido pela Lei nº 11.638, em 2007, e regulamentado, no mesmo ano, pelo CPC 01.

Santos, Machado e Schmidt (2003, p.1) afirmam que:

O Teste de *Impairment* é utilizado para evidenciar e mensurar a perda da capacidade de recuperação do valor contábil de um ativo de longa duração. Uma perda de *Impairment* ocorre quando o valor contábil for superior ao valor recuperável de um ativo, grupo de ativos, de longa duração.

Ainda conforme os autores, uma perda de *impairment* deve ser registrada no resultado decorrente de operações e contabilizada como perda antes do imposto de renda na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE).

O outro método existente é o Valor Justo, estabelecido no CPC 46, item 9, pág 3, que define valor justo como “o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração”.

No entanto, somente a correção monetária de balanço permite corrigir o Patrimônio Líquido, pois os demais métodos são passíveis de aplicação somente no Ativo e Passivo.

### **3 METODOLOGIA**

Para alcançar os objetivos propostos neste estudo, consistiu-se necessário definir os métodos adotados e os tipos de pesquisas realizadas. Inicialmente, foi realizada a pesquisa bibliográfica, apresentando conceitos de diversos autores, relacionados ao tema e a seu objetivo. Dentre os principais, podem ser citados Iudícibus (2001 e 2010), Assaf Neto (2009) e Vasconcelos e Garcia (2008).

Marconi e Lakatos (2009) descrevem que a pesquisa bibliográfica é um procedimento formal, com método de pensamento reflexivo, a fim de conhecer a realidade e fazer descobertas. Para Gil (2010), a pesquisa bibliográfica é elaborada com base em material já publicado com o objetivo de analisar posições diversas em relação a determinado assunto.

Posteriormente, realizou-se um estudo de caso. Para Yin (1994), o estudo de caso trata-se de uma investigação por meio da qual se procura compreender, explorar ou descrever acontecimentos e contextos complexos, envolvendo simultaneamente diversos fatores. Para Gil (2010), consiste num estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.

Como método de abordagem, utilizou-se, no desenvolvimento do trabalho, o método dedutivo, que, segundo Marconi e Lakatos (2009), parte de teorias e leis que predizem a ocorrência dos fenômenos.

A pesquisa dedutiva é um estudo no qual uma “[...] estrutura conceitual e teórica é desenvolvida e depois testada pela observação empírica [...], os casos particulares são deduzidos a partir de interferências gerais” (COLLIS; HUSSEY, 2005, p. 27).

Realizou-se pesquisa de caráter qualitativa e quantitativa. A pesquisa quanti é objetiva por natureza e focada na mensuração de fenômenos, envolvendo coletar e analisar dados numéricos e aplicar testes estatísticos (COLLIS; HUSSEY, 2005).

Para Collis e Hussey (2005), a pesquisa quali é mais subjetiva e envolve examinar e refletir as percepções para que se obtenha um entendimento de atividades humanas e sociais.

Foi utilizado na pesquisa o método experimental, que consiste submeter os objetos de estudo à influência de certas variáveis, em condições controladas e conhecidas pelo investigador, para observar os resultados que a variável produz no objeto (GIL, 2009).

Quanto ao universo da análise, usaram-se as Demonstrações Contábeis de 2007 a 2013 da indústria calçadista Vulcabras/Azaleia. Os dados foram corrigidos anualmente pelo IGP-M, um dos principais indicadores financeiros do Brasil.

Os dados da pesquisa foram interpretados de forma comparativa, a fim de determinar se a inflação causava efeitos relevantes nas demonstrações contábeis das empresas e se a atualização monetária seria viável a partir de 2007 até 2013.

O método comparativo ocupa-se da explicação dos fenômenos e permite analisar o dado concreto, deduzindo deste os elementos constantes, abstratos e gerais (MARCONI; LAKATOS; 2010).

#### **4 ANÁLISE DE DADOS**

Com as modificações impostas pela Lei nº 9.249/95, houve alterações na apuração dos resultados e balanços das empresas. Conforme a Revista IOB (1996), essas alterações afetaram diretamente os valores de impostos incidentes sobre os lucros, participações de funcionários e de diretores em resultados e dividendos, principalmente transações que envolvem o Ativo Permanente e o Patrimônio Líquido.

Neste sentido, o destaque importante pode ser dado à conta de Depreciações, pois sem a correção monetária, a depreciação é contabilizada sempre no mesmo valor histórico, e, com

isso, afeta o resultado da empresa, em função da contabilização de uma despesa menor, e, conseqüentemente, um lucro maior.

Portanto, com um lucro maior, elevar-se-ão a carga de impostos da empresa e também haverá uma distribuição de dividendos desproporcional, descapitalizando a empresa, sem considerar a perda do dinheiro no tempo.

Ainda, segundo levantamento da Revista IOB (1996), outra conta afetada é a de Lucros Acumulados, na qual estão sendo adicionados os lucros de cada ano, cujo saldo acumulado, sem a correção monetária, fica exposto à inflação.

Sendo assim, sem a correção monetária nos demonstrativos contábeis, as informações contábeis apresentam defasagem dos resultados apurados nos balanços após a proibição da correção monetária a partir de 01/01/1996. Além disso, a falta do reconhecimento da correção gera valores distorcidos ou fictícios, impossibilitando, principalmente, que as demonstrações contábeis sirvam como fonte de informações confiáveis para a tomada de decisões.

Segue, no Quadro 1, os principais índices utilizados para a atualização de valores no Brasil:

**Quadro 1 - Principais Índices Inflacionários Utilizados no Brasil**

Ano	INPC	IPCA	IGP-M	IPC (FIPE)	SELIC
2007	5,16	4,46	7,75	4,38	11,18
2008	6,48	5,90	9,81	6,16	13,66
2009	4,11	4,31	-1,72	3,65	8,65
2010	6,47	5,91	11,32	6,40	10,66
2011	6,08	6,50	5,10	5,81	10,90
2012	6,20	5,84	7,82	5,10	7,14
2013	5,56	5,91	5,51	3,88	9,90

Fonte: Banco Central do Brasil

Na presente pesquisa, utilizou-se, para a correção monetária das demonstrações contábeis, o índice do IGP-M, que teve uma taxa acumulada de 54,78% para o período de 2007 a 2013. A escolha pelo IGP-M deu-se por considerar que este índice reflete com maior fidedignidade a variação da inflação e, assim, acentua melhor o impacto sobre as demonstrações.

Os valores constantes no Quadro 2 estão expressos em moeda corrente nacional, transcritos dos balanços patrimoniais originais divulgados pela empresa Vulcabras/Azaleia, através do seu site de Relação com Investidores, entre o período de 2007 a 2013, e referem-se ao mês de dezembro de cada ano. Os valores dos balanços foram estruturados de acordo com

a Lei nº 11.638/2007 para que houvesse condições de comparabilidade com os balanços do período analisado.

**Quadro 2 - Balanço Patrimonial Vulcabras/Azaleia**

<b>ATIVO TOTAL</b>	<b>1.388.458</b>	<b>1.442.925</b>	<b>1.599.750</b>	<b>1.612.649</b>	<b>1.546.520</b>	<b>1.375.440</b>	<b>1.267.560</b>
ATIVO CIRCULANTE	873.276	875.606	961.405	941.499	840.831	765.818	667.608
ATIVO NÃO CIRCULANTE	515.182	567.319	638.345	671.150	705.689	609.622	599.952
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	41.772	42.091	59.041	69.574	111.780	85.414	94.881
INVESTIMENTOS	21.767	19.566	20.180	26.701	28.278	28.775	29.525
Participações em coligadas	14.758	19.117	19.866	22.355	24.118	23.329	24.396
Outros investimentos	7.009	449	314	4.346	4.160	5.446	5.129
IMOBILIZADO	222.848	277.682	281.944	334.640	333.509	277.875	248.746
INTANGÍVEL	226.665	226.866	276.573	240.235	232.122	217.558	226.800
DIFERIDO	2.130	1.114	607	-	-	-	-
<b>PASSIVO TOTAL</b>	<b>1.388.458</b>	<b>1.442.925</b>	<b>1.599.750</b>	<b>1.612.649</b>	<b>1.546.520</b>	<b>1.375.440</b>	<b>1.267.560</b>
PASSIVO CIRCULANTE	920.828	317.556	628.328	628.625	659.924	659.513	609.147
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	247.728	735.660	533.668	454.502	673.566	710.278	524.939
PARTICIPAÇÕES MINORITARIAS	1.549	18	120	-	-	-	-
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>	<b>218.353</b>	<b>389.691</b>	<b>437.634</b>	<b>529.522</b>	<b>213.030</b>	<b>5.649</b>	<b>133.474</b>
CAPITAL SOCIAL REALIZADO	146.999	200.000	200.000	208.597	208.597	208.597	565.913
RESERVAS DE CAPITAL	-	-	-	-	-	100.000	-
RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	22.784	21.155	19.571	17.983	16.647	15.345	11.807
RESERVAS DE LUCRO	3.341	169.083	217.213	310.499	-	-	-
AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	-	-547	850	-7.557	-8.052	-7.447	-10.258
LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	45.229	-	-	-	-4.162	-310.846	-433.988

Fonte: Vulcabras/Azaleia – Relação com Investidores

Com as contas estruturadas, foi utilizada a técnica da aplicação da Correção Monetária de Balanço – CMB, a mesma que vinha sendo aplicada antes da extinção da correção monetária. Para o presente trabalho, procura-se identificar as variações causadas pela inflação, nos itens do Ativo Não Circulante e Patrimônio Líquido, com vistas à identificação do resultado inflacionário. O Ativo Não Circulante – Imobilizado é observado em função das despesas de depreciação, e o Patrimônio Líquido, porque nele consta o patrimônio do investidor, importante para o cálculo do índice de rentabilidade.

Em seguida, os valores relativos aos grupos do Ativo Não Circulante (conta de Imobilizado) e do Patrimônio Líquido foram corrigidos pelo IGP-M e podem ser visualizados através do Quadro 3. O percentual de correção recaiu sobre o saldo final de cada exercício, representado pelo balanço patrimonial entre o período de 2007 a 2013, evitando, assim, a correção mensal.

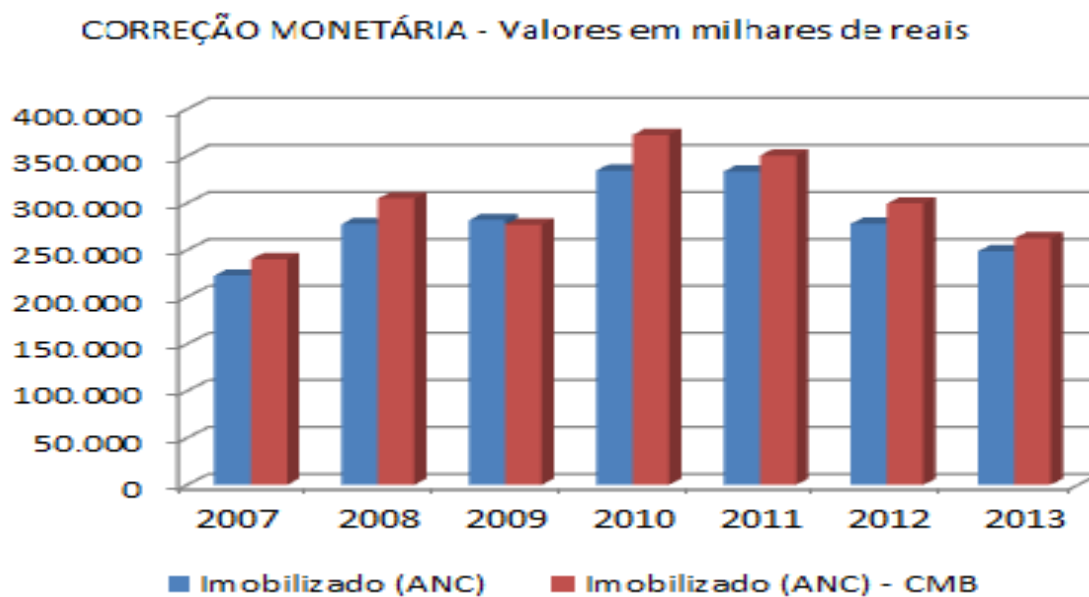
Quadro 3: Correção Monetária

CORREÇÃO MONETÁRIA - Valores em milhares de reais					IGP-M
Ano	Imobilizado (ANC)	Imobilizado (ANC) - CMB	Patrimônio Líquido	Patrimônio Líquido - CMB	% Acumulado
2007	222.848,00	240.110,00	218.353,00	235.267,00	7,75
2008	277.682,00	304.910,00	389.691,00	427.902,00	9,81
2009	281.944,00	277.116,00	437.634,00	430.140,00	-1,72
2010	334.640,00	372.528,00	529.522,00	589.475,00	11,32
2011	333.509,00	350.510,00	213.030,00	223.890,00	5,10
2012	277.875,00	299.582,00	5.649,00	6.090,00	7,82
2013	248.746,00	262.491,00	133.474,00	140.849,00	5,51

Fonte: Os autores

Para uma melhor visualização, seguem os Gráficos 1 e 2, demonstrando o valor histórico e a devida atualização das contas patrimoniais da empresa Vulcabras/Azaleia, corrigidas pelo IGP-M.

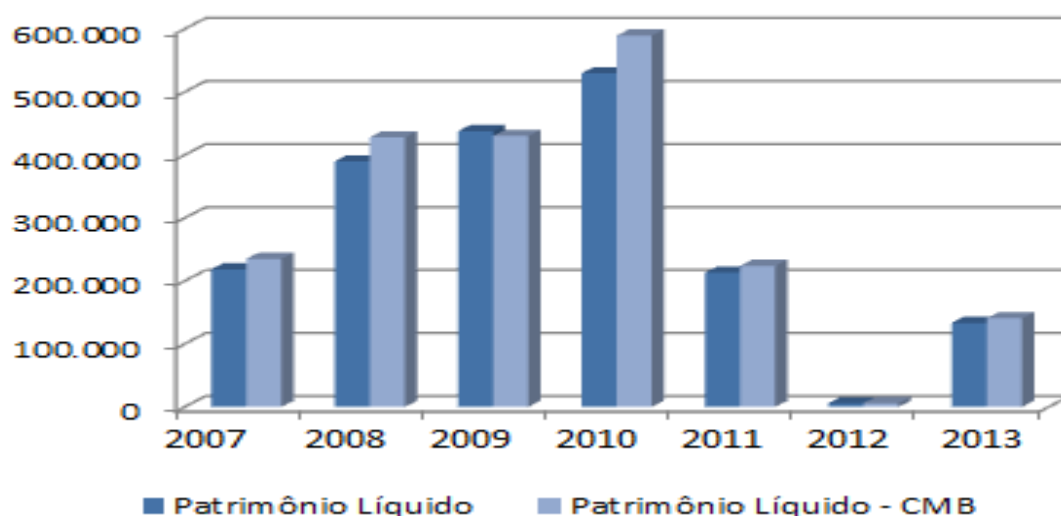
Gráfico 1: Imobilizado: Valores históricos e Valores corrigidos pelo IGP-M



Fonte: A autora



**Gráfico 2: Patrimônio Líquido: Valores históricos e Valores corrigidos pelo IGP-M**  
**CORREÇÃO MONETÁRIA - Valores em milhares de reais**



Fonte: A autora

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo a análise comparativa entre as colunas de valor histórico e valor corrigido, podemos observar que houve uma variação nos valores do Ativo Não Circulante e do Patrimônio Líquido, em função da correção monetária, utilizando o índice do IGP-M dos saldos monetários ao final de cada exercício. A exceção do exercício 2009, nos demais exercícios, essa medida acarretou uma perda inflacionária das contas analisadas.

Optou-se por corrigir o grupo contábil do Imobilizado, pois atinge diretamente as Depreciações Acumuladas, e estas, por sua vez, influenciam o resultado do período - Lucro ou Prejuízo, acarretando alterações na destinação do resultado aos sócios, acionistas, colaboradores e às reservas da empresa.

Quanto ao Patrimônio Líquido, por representar o capital que os sócios e acionistas investiram, seu valor corrigido é o mesmo que esses sócios e acionistas possuiriam com a desvalorização da moeda.

Pode-se concluir que é necessário que seja efetuada a correção monetária ou algum outro método de correção, para ajustes de valores de balanço, sempre que houver qualquer índice de inflação ou mesmo de deflação, pois as demonstrações precisam revelar a realidade da empresa, e, sem a aplicação da correção, serão apenas um aglomerado de valores históricos, tornando-se informações não confiáveis e sem poder de comparação entre os exercícios.

## REFERÊNCIAS

AMBROZINI, Marcelo A.; BONACIM, Carlos Alberto G.; ASSAF NETO, Alexandre. *O impacto do fim da correção monetária no resultado das companhias brasileiras de capital aberto e na distribuição de dividendos: Estudo Empírico no Período Pós-Plano Real. Revista Quali@s* ISSN -1677-4280. Vo.7, No.2. 2008.

ASSAF NETO, Alexandre. *Matemática financeira e suas aplicações*. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

BAER, Werner. *A economia brasileira: Uma breve análise desde o período colonial até a década de 70*. 2 ed. São Paulo: Nobel, 2002.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. *Departamento de relacionamento com investidores e estudos especiais: Índices de Preços no Brasil. Sério perguntas mais frequentes*. Disponível em: <<http://www4.bcb.gov.br/pec/gci/port/focus/FAQ%20-%20%20C3%8Dndices%20de%20Pre%20C3%A7os%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em 13 Abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *Economia e Finanças: SELIC – Mercado de títulos Públicos: Taxa SELIC*. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/?ECONOMIA> Acesso em Jun. 2014.

BRASIL. *1994-2002: A era do Real*. Brasília. Secom (Secretaria de Estado de Comunicação do Governo), 2002.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em: 05 Abr. 2014

\_\_\_\_\_. *Lei nº 8.880, de 27 de maio de 1994*. Dispõe sobre o Programa de Estabilização Econômica e o Sistema Monetário Nacional, institui a Unidade Real de Valor (URV) e dá outras providências. . Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8880.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8880.htm#art2)>. Acesso em: 20 Abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995*. Dispõe sobre o Plano Real, o Sistema Monetário Nacional, estabelece as regras e condições de emissão do REAL e os critérios para conversão das obrigações para o REAL, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9069.htm)>. Acesso em: 20 Abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995*. Altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 28 Mar. 2014.

\_\_\_\_\_. *Portal do Brasil: Economia e emprego: Inflação*. Publicado em 29/04/2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/04/inflacao>>. Acesso em 20 Abr. 2014.

COLLIS, Jill; HUSSEY, Roger. *Pesquisa em administração*. Um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Instrução CVM n.º 248, de 29 de março de 1996, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações financeiras e informações trimestrais adaptadas às disposições contidas nos artigos 4.º e 5.º da Lei n.º 9.249, de 26 de dezembro de 1995*. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 05 Abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *Parecer de Orientação CVM n.º 2, de 15 de fevereiro de 1979*. Dispõe sobre a correção anual das demonstrações contábeis. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br>>. Acesso em: 09 Abr. 2014.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. *Pronunciamento Técnico CPC 12*. Dispõe sobre Ajuste a Valor presente. Disponível em: <[www.cpc.org.br](http://www.cpc.org.br)>. Acesso em 18 Set. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. *Resolução CFC n.º 900/2001*. Dispõe sobre a aplicação do Princípio da Atualização Monetária. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 09 Abr. 2014.

\_\_\_\_\_. *Resolução CFC n.º 1.282/2010*. Atualiza e consolida dispositivos da Resolução CFC n.º 750/93, que dispõe sobre os Princípios Fundamentais de Contabilidade. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. Acesso em: 18 Set. 2014.

FEITOSA, Agricioneide. *Uma análise dos efeitos inflacionários sobre demonstrações contábeis de empresas brasileiras traduzidas para apresentação no exterior*. São Paulo: FEA/USP, 2002. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br>>. Acesso em 06 Abr. 2014.

FIGUEIREDO, Erik Alencar de; MARQUES, André M. *Inflação inercial como um processo de longa memória: análise a partir de um modelo Arfima-Figarch*. Estud. Econ. vol.39 n. 2. São Paulo Apr./June 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612009000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-41612009000200008&script=sci_arttext)> Acesso em 21 Abr. 2014.

FREEMAN, R. E. *Strategic management: A stakeholder approach*. Boston: Pitman Publishing, 1984.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). *Instituto Brasileiro de Economia: Indicadores de Preços*. Disponível em: <<http://portalibre.fgv.br/main.jsp?lumChannelId=402880811D8E34B9011D92B6B6420E96>>. Acesso em: 13 Abr. 2014.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS (FIPE). *Índices: IPC*. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/web/index.asp?aspx=/web/indices/ipc/index.aspx>>. Acesso em: 13 Abr. 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A. S., TONETO JUNIOR, R. *Economia Brasileira Contemporânea*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Sistema Nacional de Preços ao Consumidor: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC*. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc\\_ipca/defaultinpc.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/precos/inpc_ipca/defaultinpc.shtm)>. Acesso em 13 Abr. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA (IPEA). 2006. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em 14 Mai. 2014.

IOB Informações Objetivas. *Fim da correção monetária de balanços e início da taxa de juros de longo prazo (TJLP) sobre o capital próprio*. Alguns de seus principais efeitos. Nº 16, p.152-162, 1996.

IUDÍCIBUS, S., MARION, J.C. *Dicionário de termos de contabilidade*. São Paulo: Atlas, 2001.

\_\_\_\_\_; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. *Manual de contabilidade societária*. São Paulo: Atlas, 2010.

KANDIR, Antonio. *A dinâmica da inflação: uma análise das relações entre inflação, fragilidade financeira do setor público, expectativas e margens de lucro*. São Paulo: Nobel, 1989.

LACERDA, A. C.; BOCCHI, J. I.; REGO, J. M., BORGES, A. A.; MARQUES, R. M. *Economia brasileira*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

\_\_\_\_\_; LAKATOS, Eva Maria. *Metodologia do trabalho científico*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MARTINS, Eliseu. *Análise da correção monetária das demonstrações financeiras*. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1993.

MARTINS, O. S.; DANTAS, R. F.; VASCONCELOS, ADRIANA FERNANDES. *O custo inflacionário na análise das demonstrações contábeis: Um estudo de caso no período 2005*. 2006. *Journal of Production Innovation and Management* (Revista INGEPRO), *Forthcoming*, 2010. Disponível em: <<http://ssrn.com/abstract=1583229>>. Acesso em 15 Abr. 2014.

PEREIRA, M. L. S. DE S. S.; PEREIRA, A. G. *Teste de recuperabilidade de ativos: Análise da conformidade com os requisitos de divulgação da IAS 36 e do CPC 01 (R1)*. Trabalho científico apresentado ao Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Ibracon para fins de participação do Prêmio Transparência Universitário. Belo Horizonte: 2011. Disponível em: <<http://www.ibracon.com.br/premiouniversitario/pdf/vencedora2011.pdf>>. Acesso em 06 Out. 2014.

REES, B. *Financial analysis*. Prentice Hall: Hemel Hempstead: Hertfordshire, 1995.

SANTOS, J. L.; MACHADO, N. P.; SCHMIDT, P. *Teste de impairment para ativos de longa duração: tratamento contábil de acordo com o SFAS nº 144*. ConTexto, Porto Alegre, v. 3, n. 5, 2º semestre 2003. Disponível em <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/19847/000436759.pdf?sequence=1>>. Acesso em 18 Set. 2014.

SANTOS, Lara Cristine dos; VARGAS, Ricardo Augusto Lovo. *O Impacto da extinção da correção monetária no balanço*. Trabalho apresentado ao curso de ciências contábeis da Universidade Federal do Paraná. Revista Gestão & Conhecimento, v. 5, n.1, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.gc.facet.br>>. Acesso em 05 Abr. 2014.

TAKAMATSU, Renata Turola; LAMOUNIER, Wagner Moura. *A Importância da Atualização Monetária de Valores para a Análise das Demonstrações Financeiras*. Contab. Vista & Rev., v. 17, n. 2, p. 67-87, abr./ jun. 2006.

VASCONCELLOS, Marco Antonio S.; GARCIA, Manuel E. *Fundamentos de economia*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2008.

VEJA. *Edição especial 40 anos*. Editora abril Edição de setembro de 2008. Disponível em: <[http://veja.abril.com.br/especiais/veja\\_40anos/p\\_170.html](http://veja.abril.com.br/especiais/veja_40anos/p_170.html)>. Acesso em: 15 Abr. 2014.

VICECONTI, Paulo E. V.; NEVES, Silvério das. *Introdução à economia*. 2 ed. São Paulo: Frase, 1996.

VULCABRAS/AZALEIA. *Relação com investidores*. Disponível em: <<http://vulcabrasazaleiari.com.br/>>. Acesso em 15 Abr. 2014.

WESSELS, Walter J. *Economia: Um modo fácil de dominar os conceitos básicos*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

YIN, Robert. *Case study research: Design and Methods*. 2. ed. Thousand Oaks, CA: SAGE Publications, 1994.